



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009099-69.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Anulação**
 Requerente: **Wilson de Oliveira**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter firmado junto à ré um contrato para prestação de serviços de televisão a cabo, via satélite, mas ela lhe disponibilizou também uma linha telefônica sem qualquer solicitação de sua parte.

Alegou ainda que passou a receber cobranças da ré a esse título, inclusive com ameaças de inscrição de seu nome perante órgãos de proteção ao crédito, e que essa situação não foi contornada mesmo com as diversas tentativas de que lançou mão.

Almeja à declaração de inexigibilidade dos débitos aludidos e ao ressarcimento dos danos que suportou.

Já a ré em contestação salientou que não incorreu em falha alguma e que a dívida questionada tinha lastro a sustentá-la, cristalizada em contratação regular e correspondendo à necessária contraprestação pelos serviços prestados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

O autor como visto expressamente refutou ter efetuado a contratação aludida e em face disso seria de rigor que elementos mínimos fossem amealhados para denotar que a celebração desse negócio sucedeu validamente.

Tocava à ré a demonstração cabível, seja diante do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão presentes), seja na forma do art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil (não sendo exigível que o autor fizesse prova de fato negativo), mas ela não se desincumbiu desse ônus.

Nesse sentido, limitou-se a salientar que houve regular ajuste sobre o assunto, mas não amealhou o contrato pertinente e tampouco demonstrou de maneira concreta ter fornecido – ou mesmo disponibilizado – ao autor os serviços que demandassem o pagamento da contrapartida em apreço.

A contestação não foi instruída com nenhuma espécie de documento nessa direção, ao passo que as "telas" acostadas a fls. 79/83 foram confeccionadas unilateralmente, não tendo o condão de fazer prova consistente em desfavor do autor.

No mais, não foi externado o desejo da ré em alargar a dilação probatória.

Resta clara a partir do quadro delineado a negligência da ré na espécie, inexistindo respaldo para alicerçar os débitos impugnados pelo autor.

Assentadas essas premissas, não vislumbro danos materiais que o autor tivesse experimentado em decorrência do evento, mas tenho como configurados os danos morais reclamados.

A espécie vertente não envolve a existência de simples cobranças, mas reiterada conduta indevida sem embargo das providências tomadas pelo autor para estancá-la.

Isso porque na petição inicial estão elencados os protocolos dos diversos contatos mantidos pelo autor para esclarecer à ré a impertinência de sua ação (a falta de negação específica sobre o tema reforça a convicção de que isso sucedeu), mas ela não apenas continuou a emitir cobranças como igualmente passou a intimidá-lo de negativação se não quitasse a dívida.

Voltou a fazê-lo, inclusive, no curso do processo (fl. 77), pouco importando que não a tivesse consumado.

Fica patente com isso que a ré não dispensou ao autor o tratamento que seria exigível.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) atestam que o autor ficou em consequência sujeito a desgaste de vulto que ultrapassou em larga medida o mero dissabor inerente à vida cotidiana, o que basta à caracterização dos danos morais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

O valor da indenização será fixado de acordo com os critérios empregados em casos afins.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade dos débitos tratados nos autos e para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**